ISSN: 2358-8829

O BRINCAR COMO DISPOSITIVO PARA A DESMEDICALIZAÇÃO NO PROCESSO DE INCLUSÃO.

Maria Cicera dos Santos Silva[1]
Wilma Euclides dos Santos[2]
Adalberto Duarte Pereira Filho[3]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um recorte da revisão bibliográfica realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no ciclo 2024/2025 no Centro de Educação (CEDU), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), intitulado "O brincar como dispositivo para a desmedicalização no processo de inclusão". A pesquisa teve como propósito investigar o brincar como dispositivo para a inclusão e para o enfrentamento dos processos de medicalização da infância, tendo como espaço de referência a Brinquedoteca Universitária (BU) do CEDU da UFAL.

Parte da premissa de que o brincar constitui uma dimensão fundamental da experiência infantil, por meio da qual as crianças estabelecem relações, expressam-se, produzem sentidos e experimentam diferentes formas de participação. Desse modo, compreendê-lo para além de uma atividade recreativa possibilita reconhecê-lo como uma experiência constitutiva da infância e como uma prática que pode contribuir para o reconhecimento das singularidades. Assumindo particular importância diante dos processos de medicalização da infância. A medicalização não se limita à prescrição de medicamentos, mas envolve um processo mais amplo de transformação de questões sociais, educacionais e relacionais em problemas interpretados predominantemente a partir do campo médico.

Para-se ampliar a discussão na pesquisa, faz-se necessário explorar quatro conceitos que operam de modo articulado na contemporaneidade: a medicalização, a patologização, a normalização e a desmedicalização. A **medicalização** compreende o processo sociohistórico e político no qual questões de natureza social, cultural,

[1]Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas- UFAL, maria.silva4@Cedu.ufal.br ;
[2]Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, wilma.santos@cedu.ufal.br ;
[3]Professor orientador: Doutor em Educação, pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL, adalberto.filho@cedu.ufal.br .

ISSN: 2358-8829

econômica ou educacional são capturadas pela lógica médica e farmacológica, sendo traduzidas predominantemente em problemas de saúde ou transtornos orgânicos. Como resultado interno desse fenômeno, a **patologização** consiste em atribuir o estatuto de "doença" a comportamentos, não comprimento de normais, ritmos diferentes ou dificuldades de aprendizagem, transformando a diferença em sintoma clínico e individualizando o que é complexo, tal como adverte Silveira (2022), ao criticar a "cultura diagnóstica" presente desde a infância.

Nesse cenário, os mecanismos de **normalização**, problematizados por Foucault (2022), referem-se às táticas de poder que estabelecem padrões universais e homogêneos de conduta, corpo, atenção e desempenho exigidos pelas instituições, atuando no controle, correção e hierarquização dos sujeitos para marginalizar tudo o que foge ao padrão estipulado. Em contraponto a esses conceitos, a **desmedicalização** corresponde ao movimento epistemológico, político e prático de recusa à redução da vida humana a rótulos diagnósticos, buscando restituir a dimensão social, relacional e histórica dos sujeitos, tensionando as práticas patologizantes e apostando em alternativas “a exemplo do brincar” que acolham a singularidade sem a motivação da correção médica.

Para compreender esse processo, a perspectiva de Foucault constitui uma referência importante, especialmente pela análise das relações entre saber, poder, disciplina e normalização dos sujeitos. Em *O poder psiquiátrico*, Foucault (2022). O autor evidencia que os saberes médicos e psi não se limitam a constatar verdades neutras, mas participam ativamente da classificação, regulação e controle das condutas, substituindo a violência física explícita por uma coerção sutil, contínua e internalizada. Permite problematizar a escola como um espaço no qual frequentemente se estrutura sob essa mesma lógica normalizadora onde os comportamentos infantis podem ser observados, classificados e comparados a determinados padrões de normalização. Desse modo, quando o ritmo de aprendizagem, a agitação ou a expressão singular de uma criança escapam à norma institucional, a escola tende a delegar ao saber médico a tarefa de diagnosticar o desvio, transformando diferenças socioculturais e pedagógicas em patologias passíveis de intervenção e controle.

Moysés (2010) também questiona a transformação de dificuldades relacionadas à aprendizagem em supostos transtornos individuais. Ao problematizar a dislexia a partir de estudos científicos, a autora chama atenção para os riscos da patologização das

ISSN: 2358-8829

dificuldades escolares e para a necessidade de considerar a complexidade dos processos educativos, evitando sua redução a explicações exclusivamente biológicas.

Essa crítica encontra aproximação com as contribuições de Timimi (2020), especialmente em sua discussão sobre a construção do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). O autor problematiza a constituição e a legitimação de determinadas categorias diagnósticas, destacando a influência de fatores sociais, culturais e escolares na compreensão dos comportamentos infantis.

O processo de medicalização produz no laço social uma simplificação reducionista de um objeto tão complexo quanto o humano.

> [...] criamos um sistema de diagnóstico que transforma problemas cotidianos e normais da vida em transtornos mentais [...] o resultado foi uma inflação diagnóstica que causa muito dano, especialmente na psiquiatria infantil [...] dois novos transtornos que incorporamos no DSM IV, e em pouco tempo o diagnóstico de autismo se triplicou. O mesmo ocorreu com a hiperatividade (Frances, 2013, p. 92).

Em conjunto, essas contribuições permitem compreender a medicalização como um fenômeno que ultrapassa a dimensão clínica e envolve também formas socialmente produzidas de compreender, classificar e intervir sobre os sujeitos.

No Brasil, foram instituídos componentes curriculares obrigatórios que visam promover uma reflexão sobre a necessária inclusão dos sujeitos na Escola (Brasil, 2015). Para Guijaro (2005, p. 9), a educação inclusiva deve se basear "na heterogeneidade e não na homogeneidade, considerando que cada aluno tem uma capacidade, interesse, motivações e experiência pessoal única". Demonstrando assim a relevância da educação inclusiva, uma vez que a valorização da diferença pode entrar em contradição com práticas que condicionam o reconhecimento à existência de diagnósticos e laudos, a criança passa a ser identificada prioritariamente por sua classificação diagnóstica. Assim, a inclusão não pode ser compreendida apenas como presença física na escola, mas como um processo que envolve reconhecimento, participação e transformação das práticas educativas.

Partindo da questão: "Como a produção acadêmica brasileira, no período de 2019 a 2024, tem abordado as relações entre brincar, inclusão e medicalização da infância, e quais possibilidades teóricas oferece para compreender o brincar como prática desmedicalizante?" O presente recorte teve como objetivo geral: Analisar como a produção acadêmica brasileira, publicada entre 2019 e 2024, aborda as relações entre brincar, inclusão e medicalização da infância, identificando aproximações teóricas,

ISSN: 2358-8829

tensões e possibilidades de compreensão do brincar como prática desmedicalizante. E objetivo específico: Analisar a partir do corpus de dados, as concepções discursivas que abordam o Brincar como dispositivo para desmedicalização no processo de Inclusão . Para assim compreender, por meio da revisão bibliográfica, como a produção acadêmica brasileira recente tem abordado as relações entre brincar, inclusão, medicalização e desmedicalização, identificando tendências, aproximações e lacunas na produção científica

A revisão bibliográfica permitiu identificar diversos resultados positivos sobre o brincar e que pode ser compreendido não apenas como experiência fundamental da infância, mas também como uma possibilidade desmedicalizante. Os achados reforçam a importância de aprofundar essa articulação no campo da educação e da formação docente, especialmente em espaços como a BU, contribuindo para a construção de práticas que reconheçam a diversidade das infâncias e ampliem as possibilidades de participação, expressão e inclusão.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica de abordagem qualitativa, com procedimentos de levantamento e análise documental de produções acadêmicas desenvolvida a partir do levantamento e da análise de produções acadêmicas disponíveis na Plataforma de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A revisão bibliográfica teve como finalidade ampliar a compreensão acerca das produções teóricas relacionadas a pesquisa e identificar como os conceitos de brincar, inclusão, medicalização e desmedicalização vêm sendo abordados nas produções científicas.

O levantamento foi realizado considerando o período de 2019 a 2024, buscando mapear a produção acadêmica brasileira recente sobre a temática. Para a busca, foram utilizados descritores combinados por meio de operadores booleanos, definidos previamente como categorias a priori: “Brincar + Medicalização”; “Brincar + Inclusão”; “Inclusão + Medicalização”; “Inclusão + Desmedicalização” e “Brincar + Desmedicalização”.

Após o levantamento inicial, as produções foram organizadas quantitativamente por ano e submetidas a uma etapa de triagem. Inicialmente, realizou-se a leitura dos títulos e resumos, considerando como critérios de inclusão: abordar diretamente uma ou

ISSN: 2358-8829

mais das temáticas relacionadas aos descritores utilizados; apresentar pertinência com o objeto da pesquisa; estar disponível para leitura na íntegra; e estabelecer relação com áreas como Educação, Ciências Humanas, Saúde e outras que discutissem a infância, o brincar, a inclusão ou os processos de medicalização e desmedicalização. Foram excluídos trabalhos duplicados, incompletos, sem pertinência temática e produções de caráter estritamente técnico ou biomédico que não apresentassem diálogo com a perspectiva crítica adotada pela investigação.

Como resultado desse levantamento, apresentamos a quantidade de trabalhos encontrados e os selecionados em cada ano no quadro a seguir.

Quadro 1 – Levantamento quantitativo das produções científicas

ANO	Nº DE TRABALHOS	INCLUSOS	EXCLUSOS
2019	20	6	14
2020	4	2	2
2021	13	5	8
2022	16	6	10
2023	21	7	14
2024	0	0	0

Fonte: Os/as autores/as (2025)

Vale ressaltar que a ausência de trabalhos registrados no ano de 2024 decorre do fato de que, no momento da coleta de dados, ainda não constavam teses ou dissertações publicadas contendo as categorias a priori estabelecidas. Esse resultado refere-se especificamente à Plataforma de Teses e Dissertações da Capes, repositório definido para a execução da revisão bibliográfica.

Posteriormente, os trabalhos selecionados foram lidos integralmente e analisados de forma comparativa, buscando identificar os principais conceitos, sentidos e perspectivas atribuídos ao brincar, à inclusão, à medicalização e à desmedicalização. A análise permitiu mapear tendências da produção científica e reconhecer aproximações, distanciamentos e lacunas nas discussões acadêmicas sobre a temática. Como procedimento complementar de investigação, o percurso teórico foi acompanhado por grupo de estudos com encontros semanais, destinado ao aprofundamento das discussões e à fundamentação teórica do objeto investigado.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos trabalhos selecionados evidenciou que esses conceitos apresentam ampla circulação na produção acadêmica, porém são mobilizados a partir de diferentes perspectivas teóricas e pedagógicas. A partir da leitura sistemática das produções, foram identificadas quatro categorias analíticas que orientaram a discussão dos achados: o brincar como experiência constitutiva da infância; a inclusão tensionada pela lógica do diagnóstico; Medicalização, patologização e normalização no contexto escolar; e O brincar e suas possibilidades de enfrentamento das práticas medicalizantes.

O brincar como experiência constitutiva da infância

A primeira categoria evidencia que o brincar ocupa lugar significativo na produção acadêmica analisada. Os estudos convergem na compreensão de que brincar não constitui mero passatempo, mas uma experiência relacionada ao desenvolvimento, à constituição da identidade, à cultura, às relações sociais e à expressão das crianças. Pacheco (2019), apoiando-se em Vigotski, compreende o brincar como espaço de criação de situações imaginárias e de experimentação de papéis sociais. Barboza (2019) acrescenta que a brincadeira está relacionada à história, à cultura e ao meio no qual a criança está inserida, contribuindo para sua constituição social e cultural.

Os resultados também evidenciam que não há consenso entre os estudos sobre uma definição única de brincar. Algumas produções enfatizam sua dimensão espontânea, livre e cultural, enquanto outras destacam a importância da mediação do adulto e da intencionalidade pedagógica. Essa diferença, contudo, não elimina uma convergência fundamental: o reconhecimento do brincar como experiência relevante para o desenvolvimento e para a participação infantil.

Nesse sentido, a discussão sobre o brincar livre e o brincar mediado não deve ser compreendida necessariamente como uma oposição absoluta. Sarmanho (2021) evidencia que a criança aprende a brincar nas relações sociais e que o adulto pode atuar na criação de contextos simbólicos que ampliem suas experiências. Ao mesmo tempo, Almeida (2023) e Tavares (2021) ressaltam as dimensões cultural, social e espontânea da brincadeira. O resultado desse conjunto de produções permite compreender que a potência do brincar está também relacionada às condições concretas nas quais ele

ocorre: quem pode brincar, como pode brincar, com quem brinca e quais possibilidades de expressão são efetivamente oferecidas.

Outro resultado importante refere-se à desvalorização institucional do brincar. Embora documentos educacionais reconheçam sua importância, algumas pesquisas indicam que a prática permanece subordinada a atividades consideradas mais diretamente relacionadas à aprendizagem.

Inclusão, diferença e centralidade do diagnóstico

A segunda categoria identificada diz respeito às tensões entre inclusão, diferença e diagnóstico. As produções analisadas indicam que a inclusão é amplamente defendida no discurso educacional contemporâneo, mas sua concretização permanece atravessada por práticas de classificação e normalização. Pacheco (2019) evidencia que diferentes sujeitos atribuem sentidos distintos à inclusão, frequentemente relacionados às noções de igualdade, diferença e normalidade.

Os estudos de Queiroz da Silva (2020) e Labes da Silva (2020) tornam essa tensão mais evidente ao demonstrarem como o diagnóstico pode ocupar lugar central na organização das práticas escolares. Quando o laudo se transforma em condição para o reconhecimento das necessidades do estudante, a inclusão pode acabar sendo vinculada à classificação prévia do sujeito. Nos é pertinente reconhecer que o diagnóstico também pode contribuir para o acesso a cuidados, recursos e direitos, sem que isso implique necessariamente um processo de medicalização.

O estudante passa a ser reconhecido como “aluno de inclusão” antes de ser considerado em sua singularidade, história e possibilidades de participação. Essa problemática também aparece nos trabalhos de Gonçalves (2022) e Cruz (2022), que problematizam a crescente valorização do diagnóstico no contexto educacional. Nesses estudos, o diagnóstico deixa de funcionar apenas como informação clínica e passa a influenciar as expectativas, as relações e as práticas pedagógicas dirigidas às crianças.

Pereira (2019) aponta para a necessidade de formação que permita aos professores refletir sobre suas concepções de deficiência e sobre suas atitudes diante da inclusão. Esse resultado é particularmente relevante para a pesquisa porque desloca a discussão da suposta inadequação da criança para as condições oferecidas pela própria instituição educativa. A partir dos estudos analisados, compreende-se que incluir implica também transformar as práticas, os espaços, as relações e as concepções que organizam a

experiência educativa. O brincar aparece como uma dessas possibilidades de transformação, uma vez que pode favorecer interação, expressão, participação e construção de vínculos.

Medicalização, patologização e normalização no contexto escolar

A terceira categoria concentra os resultados mais diretamente relacionados ao problema central da pesquisa. Essa categoria evidencia que a medicalização atravessa o cotidiano escolar por meio da interpretação de comportamentos, dificuldades e diferenças infantis a partir de diagnósticos.

Calado (2019), Labes da Silva (2020), Gonçalves (2022), Cruz (2022), Lima (2022) e Costa da Silva (2023), embora adotem perspectivas distintas, convergem na problematização do papel ocupado pelo diagnóstico na organização das relações escolares. Os trabalhos apontam que a medicalização pode deslocar para o indivíduo questões que também são produzidas pelas relações pedagógicas, institucionais e sociais.

A perspectiva foucaultiana contribui para compreender esse movimento como parte de processos mais amplos de normalização e regulação dos sujeitos. O diagnóstico, nesse contexto, pode funcionar não apenas como descrição de uma condição, mas como elemento que produz determinadas expectativas sobre o sujeito e orienta modos específicos de intervenção. É importante distinguir o diagnóstico clínico dos processos de medicalização, uma vez que o diagnóstico pode contribuir para o reconhecimento de necessidades, o acesso a cuidados e a garantia de direitos, tornando-se problemático quando utilizado como instrumento de classificação e normalização que reduz a criança à sua condição diagnóstica, desconsiderando suas singularidades e as dimensões sociais, culturais e educacionais de sua constituição.

Lima (2022), ao discutir o capacitismo, amplia essa análise ao problematizar a forma como corpos que não correspondem aos padrões de normalidade podem ser submetidos a processos de controle e correção. Gonçalves (2022), por sua vez, demonstra que o diagnóstico vem ocupando espaço crescente na Educação Infantil, interferindo na maneira como os professores percebem e se relacionam com as crianças. Cruz (2022) também evidencia que o discurso medicalizante pode reduzir a criança ao diagnóstico, fazendo com que a condição atribuída ao sujeito passe a funcionar como sua principal identidade.

ISSN: 2358-8829

O brincar e suas possibilidades de enfrentamento das práticas medicalizantes.

Calado (2019), constitui uma referência central nesse aspecto ao relacionar diretamente o brincar à criação de alternativas às práticas pedagógicas tradicionais e à problematização da medicalização. Para a autora, o brincar pode abrir possibilidades de práticas mais criativas, sensíveis e centradas nos sujeitos, rompendo, assim, com a metodologias repetitivas e homogeneizadoras.

O brincar pode constituir-se como dispositivo de resistência a aos processos de medicalização quando, em vez de ser utilizado como instrumento de correção, adaptação ou normalização dos comportamentos infantis, configura-se como uma experiência de criação, expressão e participação, na qual as singularidades das crianças são reconhecidas e valorizadas, deslocando a centralidade do diagnóstico e possibilitando outras formas de compreender e acolher as diferenças no contexto educacional.

No recorte realizado, contudo, o resultado indica que essa articulação não foi identificada na produção localizada na Plataforma CAPES entre 2019 e 2024. É justamente nessa lacuna que a presente pesquisa encontra sua relevância.

Embora o levantamento documental não tenha identificado produções acadêmicas a partir da combinação dos descritores “Brincar + Desmedicalização”, na base e no período investigados, a análise teórica dos estudos selecionados permite reconhecer aproximações entre o brincar, a inclusão e a crítica à medicalização da infância, indicando que determinadas experiências lúdicas podem constituir possibilidades de resistência às práticas medicalizantes, especialmente quando valorizam as singularidades, a criatividade e a participação das crianças, em contraposição às práticas de classificação e normalização dos comportamentos infantis. O brincar pode contribuir para que as diferenças não sejam imediatamente interpretadas como déficits ou desvios a serem corrigidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica realizada, a partir da análise de 26 produções acadêmicas selecionadas no período de 2019 a 2024, permitiu identificar aproximações e tensões entre as concepções de brincar, inclusão e medicalização da infância. Os estudos analisados evidenciaram a importância do brincar como experiência constitutiva

das infâncias, ao mesmo tempo em que problematizaram a centralidade dos diagnósticos e das práticas de normalização no contexto educacional. Embora não tenham sido identificadas produções a partir da combinação específica dos descritores "Brincar + Desmedicalização", a articulação teórica entre os estudos selecionados possibilitou compreender que determinadas experiências lúdicas podem constituir formas de resistência às práticas medicalizantes, especialmente quando reconhecem as singularidades infantis e ampliam as possibilidades de criação, expressão e participação das crianças.

Cabe reconhecer, entretanto, que os resultados estão circunscritos ao levantamento realizado em uma única base de dados, ao recorte temporal estabelecido e às estratégias de busca utilizadas, não permitindo generalizações sobre a totalidade da produção científica. Nesse sentido, a compreensão do brincar como possibilidade de desmedicalização constitui uma interpretação teórica fundamentada na literatura analisada, e não a comprovação empírica de seus efeitos. Como desdobramento, destaca-se a necessidade de ampliar as investigações sobre essa articulação, especialmente em contextos educativos como a Brinquedoteca Universitária, considerando as condições concretas em que o brincar pode favorecer práticas pedagógicas inclusivas que não reduzam as diferenças infantis a classificações diagnósticas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Milena de Sá. **Representações do brincar em tempos de pandemia nos territórios do brincar: "em casa" e "lá fora"**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, 2023. Disponível em: https://servicos.ulbra.br/BIBLIO/PPGEDUM348.pdf.

BARBOZA, Adriana Maria Ramos. **O brincar da criança com deficiência física em processo de inclusão na educação infantil.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/.

BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 21 nov. 1990.

CALADO, Vânia Aparecida. **A medicalização na Educação e a formação inicial do pedagogo.** 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28343.

COSTA DA SILVA, Dilma Carmem. **Expropriação das diferenças na escola: cruzando patologização, medicalização e práticas de ensino docente**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

CRUZ, Danielle Marques da. **"Esse é daqui, aluno bem autista": autismos, educação especial e processos de in/exclusão na escola.** 2022. Dissertação –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul , 2022.

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974).** São Paulo: Martins Fontes, 2022.

FRANCES, Allen. **A nova crise de confiança no diagnóstico psiquiátrico. Annals of Internal Medicin**e, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.7326/0003-4819-159-3-201308060-00655.

GONÇALVES, Maria Rozineti. **Diagnósticos de deficiências e transtornos na educação infantil: dispositivos a serviço do quê?** 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/.

GUIJARRO, María Rosa Blanco. Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. In: SORRI-BRASIL (org.). **Ensaios pedagógicos**: construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, 2005. p. 7-14.

LABES DA SILVA, Karina. P**ráticas escolares e constituição dos sujeitos a partir do diagnóstico de transtorno e déficit de atenção e hiperatividade**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2020.

LIMA, André Luis de Souza. **Educação especial, conhecimento e capacitismo: a persistência da exclusão no Brasil contemporâneo.** 2022. Tese - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2022.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. **Dislexia existe? Questionamentos a partir de estudos científicos.** Cadernos Temáticos CRP SP: Dislexia: subsídios para políticas públicas, 2010.

PACHECO, Raquel Pereira. **A constituição do self em estudantes autistas: uma perspectiva dialógica sobre as relações eu-outro na escola**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/37248.

PEREIRA, Adriana Alonso. A**titudes sociais de professores da educação infantil sobre a inclusão e suas concepções sobre o brincar de crianças com Síndrome de Down.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11240fac-2eb7-4642-bc03-582fd57aa293.

QUEIROZ DA SILVA, H. M. F. da. **Inclusão de uma criança com transtorno do espectro autista (TEA) na escola regular:** interlocução entre a escola e a clínica. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SARMANHO, Ana Paula Santos. **As representações sociais de professores e facilitadores sobre o brincar da criança com transtorno do espectro do autismo em uma escola bilíngue de educação infantil.** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, 2021.

SILVEIRA, Reginaldo Daniel da. **Medicalização da educação: perspectiva sócio-histórica e neuropsicológica.** Curitiba: Editora Intersaberes, 2022. (Série panoramas da psicopedagogia). E-book. ISBN 978-65-5517-119-8.

TAVARES, Dahis Moana Lobato. E**feitos de justificativas presentes em histórias infantis sobre o brincar social de crianças com o Transtorno do Espectro Autista com pares típicos treinados.** 2021. Dissertação – Universidade Federal do Pará, 2021.

TIMIMI, Sami. **Medicina insana**. Cap. 3: A fabricação do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH). Parte 1 e Parte 2. 2020.